

A economia brasileira em transição: política macroeconômica, trabalho e desigualdade

Por Mark Weisbrot, Jake Johnston e Stephan Lefebvre*



Center for Economic and Policy Research
1611 Connecticut Ave. NW
Suite 400
Washington, DC 20009

tel: 202-293-5380
fax: 202-588-1356
www.cepr.net

* Mark Weisbrot é codiretor e economista do Centro para Pesquisa Econômica e Política (CEPR) em Washington D.C. Jake Johnston é pesquisador-adjunto e Stephan Lefebvre é assistente de pesquisa no CEPR.

Sumário

Resumo.....	1
Introdução.....	4
Progresso social com o Partido dos Trabalhadores.....	5
Política macroeconômica.....	11
Mercado de trabalho.....	16
Conclusão.....	22
Referências.....	23

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer Dan Beeton e Milla Sanes pela edição e por seus valiosos comentários, e Laura Folgueira pela tradução.

Resumo

A economia brasileira passou por uma transformação significativa durante a última década. Após cerca de um quarto de século com muito pouco crescimento do PIB per capita, uma grande mudança começou em 2004. O PIB por pessoa (ajustado pela inflação) cresceu a uma taxa anual de 2,5 por cento de 2003 a 2014, mais de três vezes maior do que o crescimento anual de 0,8 por cento do governo anterior (1995-2002). Essa taxa de crescimento foi atingida apesar da crise financeira global de 2008-09, que levou o Brasil a uma recessão em 2009; essa comparação inclui a desaceleração dos últimos anos.

A última década viu também novas tendências de redução da pobreza e da desigualdade. Essas pronunciadas mudanças positivas foram resultado do crescimento da renda e do emprego, bem como da expansão dos programas e gastos sociais por parte do governo. Esses fatores, junto a grandes aumentos no salário mínimo real e no emprego formal, ajudaram a aumentar o poder de barganha dos trabalhadores.

Desde que o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder, com o presidente Lula tomando posse em 2003, a pobreza foi reduzida em 55 por cento, de 35,8 por cento da população para 15,9 por cento em 2012. A extrema pobreza foi reduzida em 65 por cento, de 15,2 por cento para 5,3 por cento durante o mesmo período. Na última década, 31,5 milhões de brasileiros foram tirados da pobreza e, desses, 16 milhões saíram da extrema pobreza.

Também houve grandes mudanças na forma como os ganhos do crescimento econômico são distribuídos em comparação com a década anterior. Por exemplo, os 10 por cento de famílias do topo receberam mais de metade de todos os ganhos de receita de 1993 a 2002, número que caiu para cerca de um terço no período entre 2003 e 2012. Os maiores ganhadores foram os 40 por cento abaixo da linha mediana, que quase dobraram sua porção dos ganhos de receita de 11,3 para 21,1 por cento.

O aumento no crescimento econômico foi a maior contribuição para a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil na última década. Mas os programas de governo também tiveram um papel importante.

Em 2003, o governo brasileiro introduziu o programa Bolsa Família, baseado em um programa de transferência de dinheiro já existente. Desde aquele ano, os gastos reais (ajustados pela inflação) com o Bolsa Família aumentaram de 4,8 bilhões para 20,7 bilhões de reais, saindo de 0,2 por cento do

PIB para 0,5 por cento. O foco é ajudar os extremamente pobres, e o programa permanece bem-ajustado em seu público-alvo.

Conforme aumentaram os gastos com o Bolsa Família, aumentou também o número de indivíduos atendidos pelo programa. De 2003 a 2012, o número de pessoas assistidas pelo benefício subiu de 16,2 milhões para 57,8 milhões. Em percentual da população, a cobertura aumentou de menos de 9 por cento em 2003 para quase 29 por cento em 2012.

Em 2011, o Bolsa Família representava mais de 60 por cento da renda daqueles que viviam na extrema pobreza, comparado a apenas 10,5 por cento em 2003, quando o programa foi instituído. Para os pobres, o aumento foi de 3,1 por cento para 17,6 por cento da renda.

Os gastos sociais têm crescido de forma consistente no governo federal desde 2003, saindo de 13 por cento do PIB para mais de 16 por cento em 2011, último ano sobre o qual há dados disponíveis. Visto que o crescimento anual do PIB durante esse mesmo período foi cerca de duas vezes maior do que nos 25 anos anteriores, trata-se de um aumento amplo nos gastos, em comparação com governos passados.

Política macroeconômica

De 2010 a 2011, o crescimento do PIB mundial caiu e o crescimento do comércio internacional caiu de forma ainda mais aguda. O resultado dessas mudanças externas foi que o valor real das exportações brasileiras cresceu apenas 4,5 por cento em 2011 e 0,5 por cento em 2012, em comparação com 11,5 em 2010. Isso teve um efeito importante no crescimento econômico.

Ao mesmo tempo, a política macroeconômica do governo começou a desacelerar a economia em 2010, com uma série de picos nas taxas de juro em abril, o que elevou a taxa Selic, determinada pelo Banco Central, de 8,75 em março de 2010 para 12,5 em julho de 2011. O governo também instituiu “medidas macroprudenciais” que desaceleraram o aumento no crédito.

Em abril de 2013, o Banco Central iniciou outro ciclo de aumento da taxa de juros, que durou um ano. Funcionários do governo destacaram, na época, que a “política monetária, bem como as políticas fiscais, está sendo apertada, apesar do fato de a recuperação de crescimento ter começado apenas recentemente”. O que se seguiu foi um crescimento negativo no terceiro trimestre de 2013, e uma recessão na primeira metade de 2014.

Essas respostas de política monetária indicam que o Banco Central esteve, por vezes, disposto a sacrificar o crescimento econômico em nome de forçar uma queda da inflação, mesmo quando a inflação vinha de fontes externas (por exemplo, os preços das commodities em 2011) ou quando

desacelerar a economia não ajudava em nada a reduzir a inflação, como tem sido o caso dos últimos anos.

O Brasil deu passos importantes em direção ao desenvolvimento de uma política industrial durante a última década. Os recursos desembolsados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aumentaram de 2,2 por cento do PIB em 2005 para quase 4 por cento em 2013. No total, setores prioritários para a política industrial brasileira receberam cerca de 80 por cento dos desembolsos entre 2006 e 2012.

O mercado de trabalho

Tanto o desemprego quanto a informalidade – a porcentagem de trabalhadores no setor informal – diminuíram consideravelmente na última década. O desemprego chegou a um ápice de 13,0 por cento em 2003 e desde então diminuiu de forma bem constante, exceto por alguns pequenos aumentos temporários durante a recessão, até chegar aos 5 por cento de hoje – uma baixa histórica.

A porcentagem de trabalhadores empregados no setor informal diminuiu de forma aguda, de 22,5 em dezembro de 2003 para 13,3 por cento em agosto de 2014. Essa virada na direção do emprego no setor formal é importante para seguros como aposentadoria, auxílio-doença e benefícios assistenciais a pessoas com deficiência; pagamento de férias; e regulamentação de horas trabalhadas. Os trabalhadores do setor formal também podem ter acesso a cartões de crédito.

De 2003 a 2014, o salário mínimo real aumentou 76,2 por cento no Brasil. Foi uma grande contribuição para a diminuição da desigualdade durante a última década.

Entre 2000 e 2012, a cobertura do seguro-desemprego cresceu 99 por cento.

O crescimento dos salários reais também foi muito importante na última década. Desde 2003, a média dos salários reais cresceu 34 por cento. É importante notar que esse crescimento no salário real foi mantido mesmo depois de a economia ter desacelerado em 2011. Isso indica uma possível mudança institucional no poder de barganha dos trabalhadores brasileiros, o que continuaria contribuindo para a redução da desigualdade no futuro.

Uma série de analistas hoje vê o recente crescimento dos salários como ameaça econômica, por ser fonte da forte pressão inflacionária. Segundo essa visão, o mercado de trabalho está “tensionado demais”, e a política monetária precisaria ser arrojada até que o crescimento dos salários diminua como resultado de um maior desemprego. Porém, como indicam os dados deste relatório, ainda há folgas no mercado, apesar de taxas de desemprego aberto continuamente baixas. Nem o arrocho fiscal, nem o monetário fazem sentido como ferramenta de redução da inflação nessas

circunstâncias; a não ser que induzam uma recessão ou depressão séria e prolongada, essas políticas provavelmente não reduzirão a inflação ao enfraquecer o mercado de trabalho.

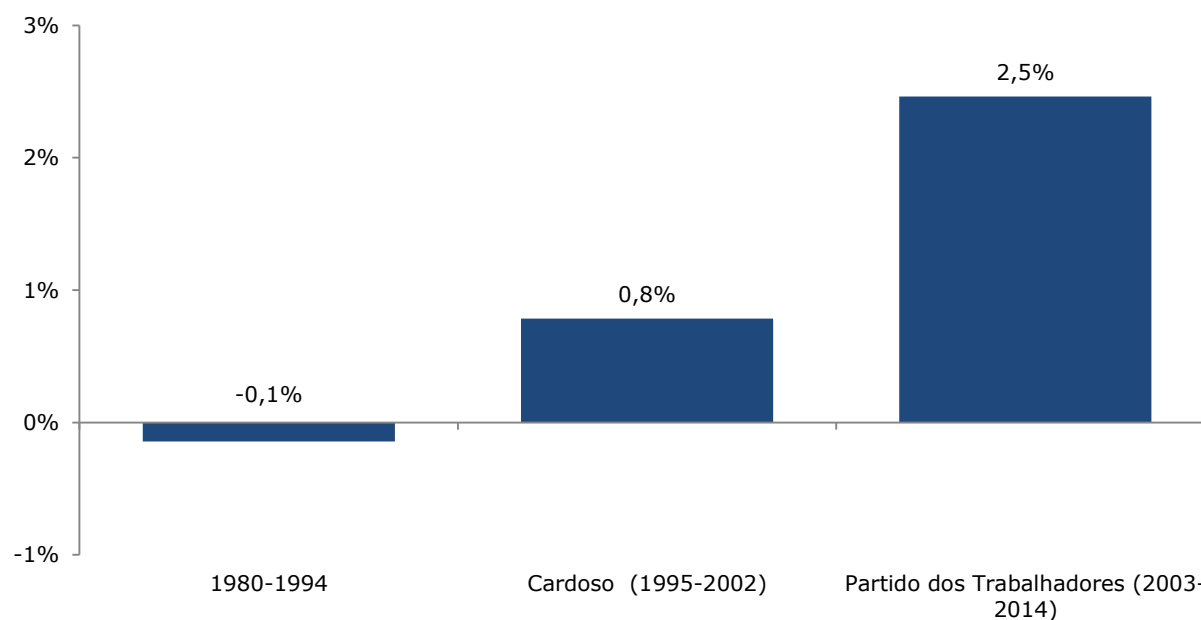
Introdução

A economia brasileira mudou fundamentalmente nos anos 2000, cerca de um ano depois de o Partido dos Trabalhadores ganhar a Presidência. Após cerca de um quarto de século com um crescimento do PIB per capita muito baixo, uma grande mudança começou em 2004. Isso pode ser visto na **Figura 1**. O PIB por pessoa (ajustado pela inflação) cresceu a uma taxa anual de 2,5 por cento de 2003 a 2014, mais de três vezes maior do que o crescimento anual de 0,8 por cento do governo anterior (1995-2002). Essa taxa de crescimento foi atingida apesar da crise financeira global de 2008-09, que levou o Brasil a uma recessão em 2009; essa comparação inclui a desaceleração dos últimos anos.

A maior parte dessa mudança de direção da última década, bem como a recente desaceleração, deveu-se a mudanças na política macroeconômica, que serão examinadas abaixo. A última década viu também novas tendências de redução da pobreza e da desigualdade. Essas agudas mudanças positivas foram resultado do crescimento da renda e do emprego, bem como da expansão dos programas e gastos sociais do governo. Esses fatores, junto a grandes aumentos no salário mínimo real e no emprego no setor formal, ajudaram a aumentar o poder de barganha dos trabalhadores. A seguir, examinaremos as mudanças no crescimento, no emprego e na distribuição de renda, com o objetivo de compreender suas causas e quais conclusões políticas se pode tirar a partir delas.

FIGURA 1

PIB real per capita, mudança média anual



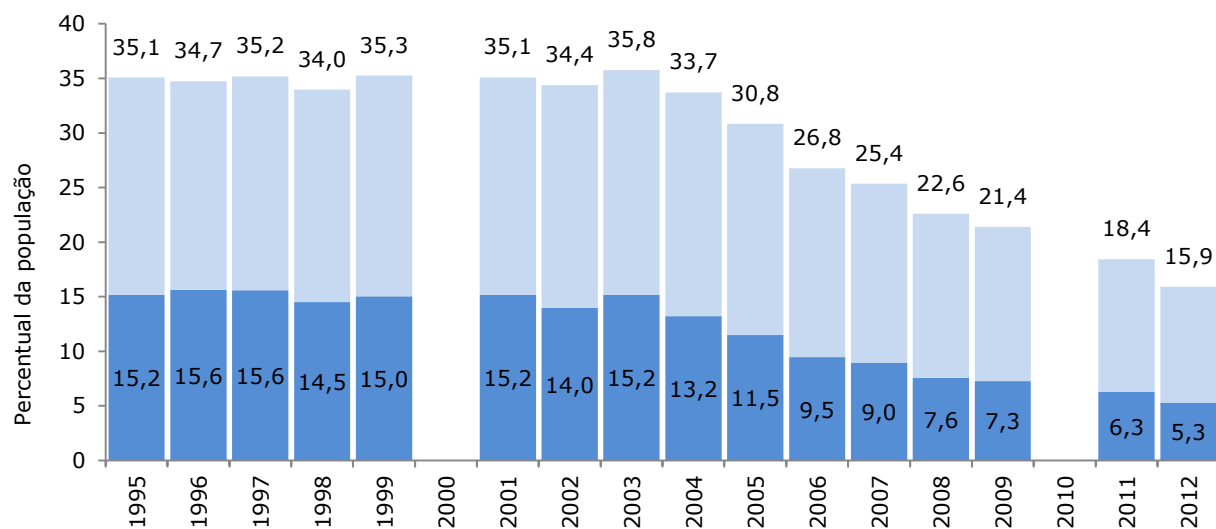
Fonte: FMI (2014a).

Progresso social com o Partido dos Trabalhadores

Desde que o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder, com o presidente Lula tomando posse em 2003, a pobreza foi reduzida em 55 por cento, de 35,8 por cento da população para 15,9 por cento em 2012. A extrema pobreza foi reduzida em 65 por cento, de 15,2 por cento para 5,3 por cento durante o mesmo período. Na última década, 31,5 milhões de brasileiros foram tirados da pobreza e, desses, 16 milhões saíram da extrema pobreza.¹

FIGURA 2

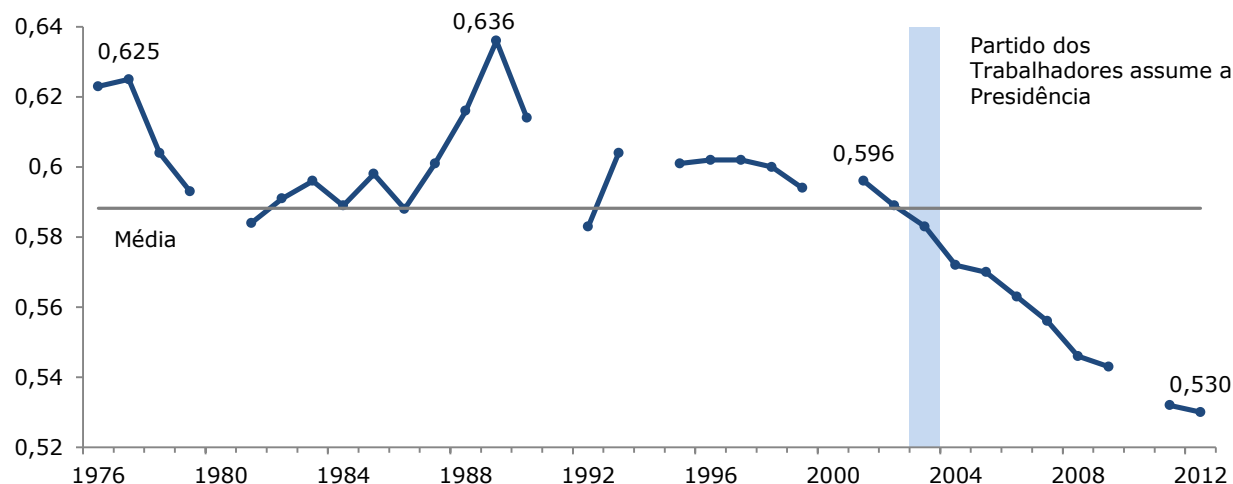
Pobreza e extrema pobreza



Source: IPEA (2014a-b). Os dados são baseados na pesquisa domiciliar anual do IBGE, que não foi conduzida em 1994, 2000 e 2010.

Apesar de o Brasil continuar sendo um país extremamente desigual em termos de distribuição de renda, desde 2003 o coeficiente de Gini brasileiro também diminuiu. Após permanecer praticamente constante durante a década anterior, a partir de 2003 o Gini caiu de 0,59 para 0,53.

¹ IPEA (2014d-e).

FIGURA 3**Coefficiente de Gini**

Fonte: IPEA (2014e).

A **Tabela 1** mostra o crescimento por decil durante a década do governo do PT, em comparação com a década anterior. Todos, com exceção dos 10 por cento do topo, experimentaram maior crescimento durante os anos petistas; e o crescimento da renda para os décimos de baixo foi muito maior do que para os setores de renda mais alta da população.

TABELA 1**Média anual de crescimento real de renda, por decil**

Decil	1993-2002	2003-2012
1	4,2%	6,3%
2	2,9%	6,4%
3	2,5%	6,2%
4	2,2%	5,9%
5	2,2%	5,6%
6	2,1%	5,3%
7	2,1%	4,6%
8	2,3%	4,0%
9	2,4%	3,1%
10	2,8%	2,3%

Fonte: IPEA (2014f).

TABELA 2**Média de renda familiar per capita, por percentil em reais de 2013**

Decil	2012
0-10	137
10-20	281
20-30	391
30-40	518
40-50	657
50-60	748
60-70	942
70-80	1.228
80-90	1.753
90-100	4.762
95-100	6.734
99-100	13.279

Fonte: PNAD (2013).

Para entender o que significa fazer parte de cada decil, podemos olhar para a média da renda familiar per capita de vários percentis em 2013, medida em reais nominais (**Tabela 2**). O indivíduo médio no decil do topo tem uma renda quase 35 vezes maior que aquele nos 10 por cento inferiores da distribuição de renda. Um indivíduo no 1 por cento do topo tem quase 100 vezes a renda daqueles nos 10 por cento inferiores.

A **Tabela 3** mostra a porcentagem de ganhos de renda totais acumulados por famílias de níveis de renda diferentes durante os anos de 2003 a 2012 e na década anterior. Como pode ser visto, os 10 por cento inferiores levaram para casa uma porcentagem maior dos ganhos, mas apenas 1,5 por cento, em comparação com 1,2 por cento na década anterior. O 1 por cento do topo perdeu terreno; após capturar 14,1 por cento de todos os ganhos de renda de 1993 a 2002, recebeu apenas 11,6 na década mais recente. Os 10 por cento do topo caíram significativamente, passando de mais de metade de todos os ganhos de renda (1993-2002) para cerca de um terço (2003-2012).

TABELA 3

Fração dos ganhos de renda totais acumulados, por percentis de renda						
Datas	1 % do topo	Próximos 9%	Próximos 40%	Próximos 40 %	10% inferiores	
1993-2002	14,1%	37,3%	36,1%	11,3%	1,2%	
2003-2012	11,6%	21,8%	44,0%	21,1%	1,5%	

Fonte: IPEA (2014f).

Os 40 por cento seguintes ganharam uma parte disso, com seu ganho percentual de renda subindo de 36,1 para 44 por cento, enquanto os 40 por cento logo acima do decil mais pobre tiveram o maior ganho proporcional, quase dobrando sua fatia dos ganhos de renda, de 11,3 por cento para 21,1 por cento.

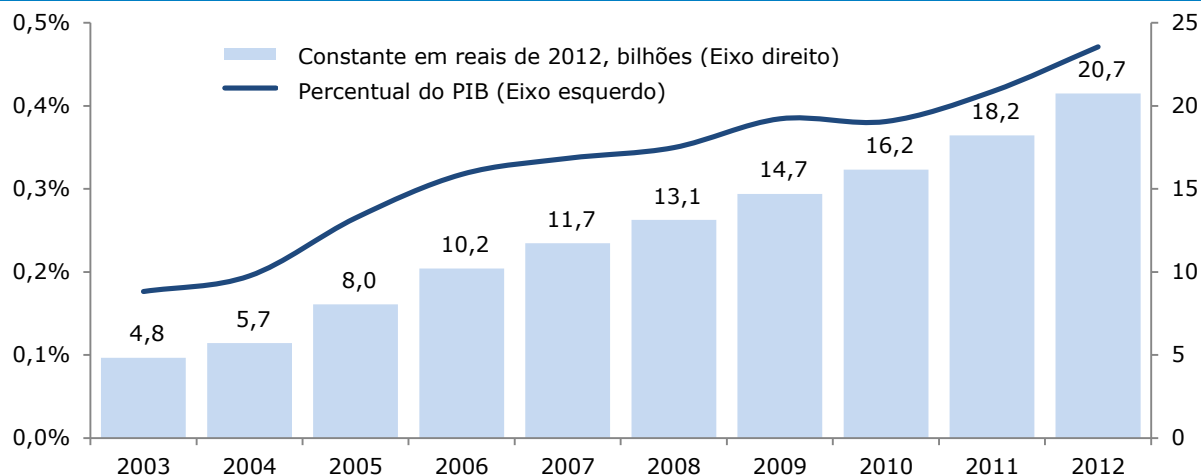
Essas são as grandes mudanças na distribuição de ganhos de renda dos anos 2003 a 2012, em comparação à década anterior.

O desempenho macroeconômico do Brasil durante a década contribuiu muito para a redução tanto da pobreza quanto da desigualdade. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD, na sigla em inglês) estima que entre 52 e 56 por cento do declínio na pobreza pode ser atribuído ao crescimento econômico;² outros fatores, porém, estavam em jogo, incluindo as despesas e transferências em favor dos pobres.

Em 2003, o governo brasileiro introduziu o programa Bolsa Família,³ com base em um programa de transferência de dinheiro condicional já existente. Desde 2003, as despesas reais (ajustadas pela inflação) com o Bolsa Família aumentaram de 4,8 bilhões de reais para 20,7 bilhões, passando de 0,2 por cento do PIB para 0,5 por cento do PIB. O foco é ajudar os extremamente pobres, e o programa permanece bem-ajustado em seu público-alvo.

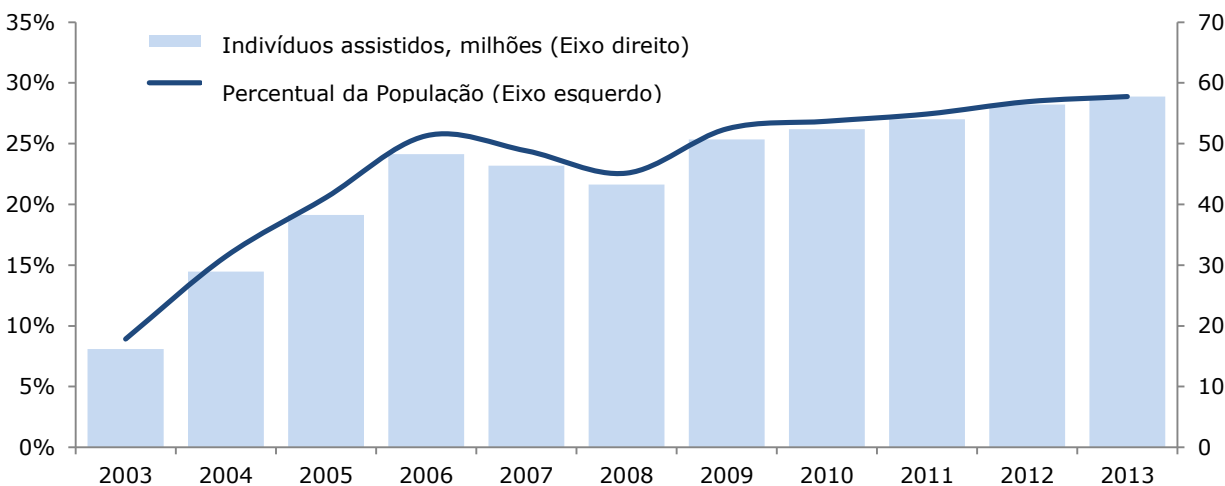
2 Arnold (2014).

3 O Bolsa Família é um programa de assistência governamental que faz pagamentos em dinheiro a famílias pobres. Os pagamentos estão condicionados à matrícula das crianças na escola e à carteira de vacinação atualizada.

FIGURA 4**Gastos com o Bolsa Família**

Fonte: ECLAC (2014).

Com o crescimento dos gastos no Bolsa Família, cresceu também o número de indivíduos assistidos pelo programa. De 2003 a 2012, o número de pessoas auxiliadas pelos benefícios do Bolsa Família subiu de 16,2 milhões para 57,8 milhões. Em percentual da população, a cobertura aumentou de menos de 9 por cento em 2003 para quase 29 por cento em 2012.

FIGURA 5**Cobertura do Bolsa Família**

Fonte: ECLAC (2014).

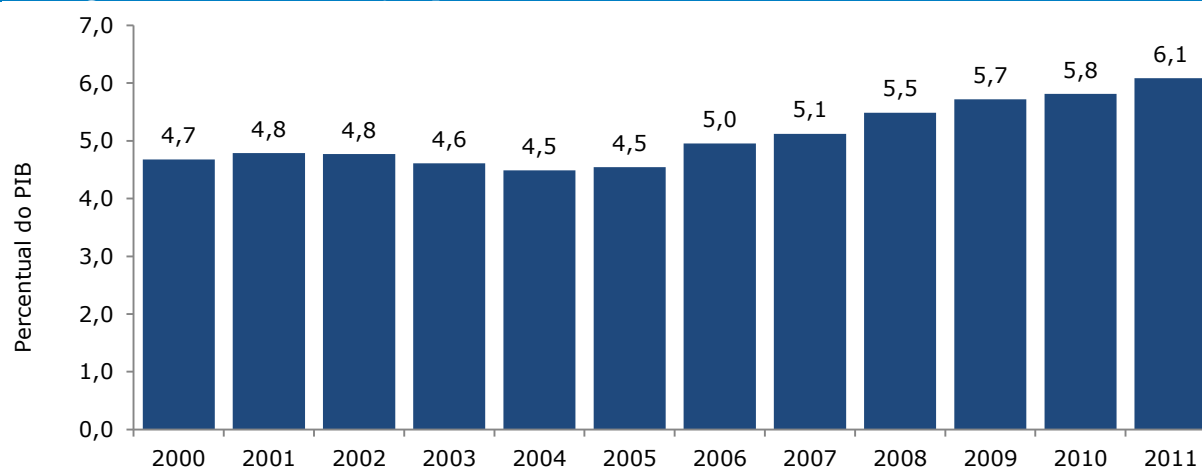
Como pode ser visto na **Tabela 4**, de 2003 a 2011 a importância relativa do programa Bolsa Família aumentou muito, especialmente para os pobres ou extremamente pobres. O Bolsa Família representava mais de 60 por cento da renda daqueles em situação de extrema pobreza em 2011, em comparação com apenas 10,5 por cento em 2003, quando o programa foi instituído; para os pobres, o aumento foi de 3,1 por cento para 17,6 por cento da renda.

TABELA 4

Fontes de renda, por status de pobreza											
Fonte de renda	Extremament e pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		Total		
	2003	2011	2003	2011	2003	2011	2003	2011	2003	2011	
	Mercado de trabalho	75,6	33,2	77,4	66,9	76,0	72,5	76,0	78,0	76,1	76,7
Previdência social	5,8	1,2	13,8	9,3	19,1	19,9	18,3	17,6	18,3	18	
BPC (Benefício de Prestação Continuada)	0,5	0,1	0,7	1,6	0,3	1,8	0,0	0,2	0,1	0,6	
Bolsa Família	10,5	60,9	3,1	17,6	0,4	2,5	0,1	0,1	0,3	0,9	
Outros	7,7	4,6	5,1	4,7	4,2	3,2	5,5	4,1	5,2	3,9	

Fonte: IPEA (2014g).

O Brasil também aumentou significativamente os gastos sociais em áreas como a educação. O percentual do PIB dedicado à educação aumentou de 4,6 por cento em 2003 para 6,1 por cento em 2011. Isso inclui não apenas os gastos do governo federal, mas também de governos estaduais, empresas públicas e bancos de desenvolvimento.

FIGURA 6**Gastos governamentais em educação, percentual do PIB**

Fonte: INEP (2014).

É preciso notar que, historicamente, o sistema universitário do Brasil tem sido dominado por universidades particulares com fins lucrativos de qualidade, em geral, inferior à das universidades públicas. Esse problema continuou na última década. Em 2012, 73 por cento dos estudantes brasileiros estavam matriculados em universidades particulares, em comparação com 69 por cento em 2001.⁴ Também houve uma tendência crescente de universidades online e outros tipos de educação a distância. Em 2003, pouco mais de 1 por cento dos estudantes estavam matriculados em instituições desse tipo; em 2012, o número tinha subido para quase 16 por cento.⁵ A relativa

4 INEP (2014b).

5 Ibid.

escassez de educação em universidades públicas foi uma das questões que incitaram os protestos de junho de 2013, estimulando o governo a dedicar rendas futuras dos lucros da exploração de petróleo do pré-sal para a educação.

Como pode ser visto na **Tabela 5**, o número de jovens de 15 a 17 anos matriculados em escolas aumentou um pouco, bem como a média de anos de estudo para pessoas com mais de 25 anos. As matrículas para a faixa de 18 a 24 anos na realidade decaíram do início dos anos 2000 a 2011, mas aumentaram desde então.

TABELA 5

Indicadores educacionais seletivos													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Matrículas													
De 15 a 17 anos	81,1	81,5	82,4	81,8	81,6	82,1	82,1	84,1	85,2		83,7	84,2	84,3
De 18 a 24 anos	34,0	33,9	34,0	32,2	31,6	31,7	30,9	30,5	30,3		28,9	29,3	30,0
Média de anos de estudo													
Mais de 25 anos	6	6,1	6,3	6,4	6,5	6,7	6,9	7	7,2		7,4	7,6	7,7

Fonte: PNAD (2001-2009, 2011-2013).

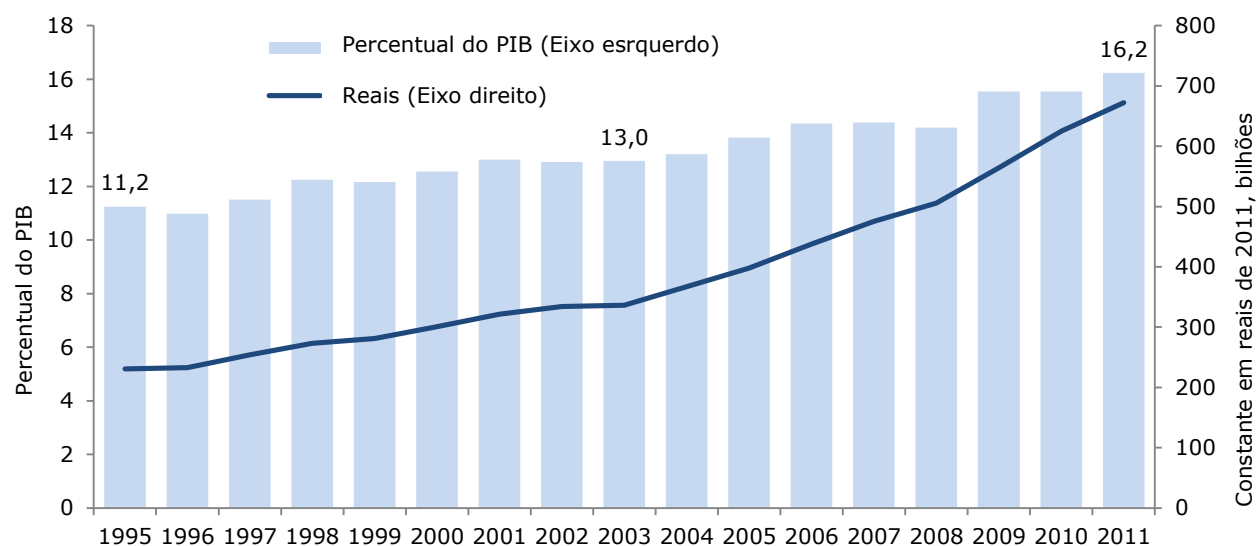
O maior acesso à educação teve um papel importante na redução da desigualdade no Brasil, segundo a OECD.⁶

Olhando de forma mais estreita para o governo federal, os gastos sociais aumentaram de forma consistente desde 2003, subindo de 13 por cento do PIB para mais de 16 por cento em 2011, último ano sobre o qual há dados disponíveis. Tendo em vista que o crescimento anual do PIB durante esse período foi cerca de duas vezes maior do que nos 25 anos anteriores, trata-se de um grande aumento nos gastos, em comparação com governos passados. A maior parte desses gastos aumentados por parte do governo federal vem de mais despesas com aposentadoria.

⁶ Arnold (2014).

FIGURA 7

Gastos sociais do governo federal



Fonte: IPEA (2012).

Política macroeconômica

Como descrevem Serrano e Summa (2011), a política macroeconômica do Brasil nos anos 2000 baseava-se em três princípios: (1) metas de inflação do Banco Central (dentro de uma faixa), (2) um regime de taxa cambial flutuante “muito sujo” e (3) uma meta para atingir um significativo superávit primário. O Banco Central conseguiu atingir sua meta inflacionária consistentemente desde 2004, principalmente permitindo que a taxa cambial se valorizasse conforme necessário, baixando, assim, os preços de importação e exportação. Nessa visão, o uso da política de taxa de juros por parte do Banco Central não controla a inflação da forma comum apresentada na teoria econômica padrão, pois a inflação brasileira em geral não é baseada em demanda. Nos Estados Unidos, por exemplo, quando a Reserva Federal (o banco central do país) aumenta as taxas de juros para abaixar a inflação, reduz demanda para os importantes setores imobiliário e automobilístico e alguns outros financiamentos, causando desaquecimento na economia e aumento do desemprego. Isso pressiona os salários e, portanto, os preços, para baixo.

No Brasil, porém, o aumento da taxa de juros diminuiu a inflação ao aumentar os fluxos de capital líquido e, portanto, valorizando o real, o que diminuiu os preços de importação e exportação. Após 2004, as autoridades monetárias acharam que tinham mais espaço para políticas, devido a condições externas mais favoráveis. Isso incluiu uma grande redução na dívida externa de custo prazo, ligada às

reservas internacionais, que se acumularam rapidamente após 2004.⁷ Outro acontecimento muito importante foi que o governo brasileiro conseguiu pagar o FMI em 2005 e, conseqüentemente, evitar muitas das condições e da influência do Fundo. Além disso, menores taxas de juro internacionais permitiram que o Banco Central brasileiro atingisse sua meta inflacionária com taxas domésticas menores (já que é a diferença entre as taxas internacional e doméstica que afeta o influxo e o escoamento de capital).

Mesmo assim, o governo ainda tinha de tomar decisões de políticas relativas a quanto e como apoiaria – ou não apoiaria – o crescimento econômico.

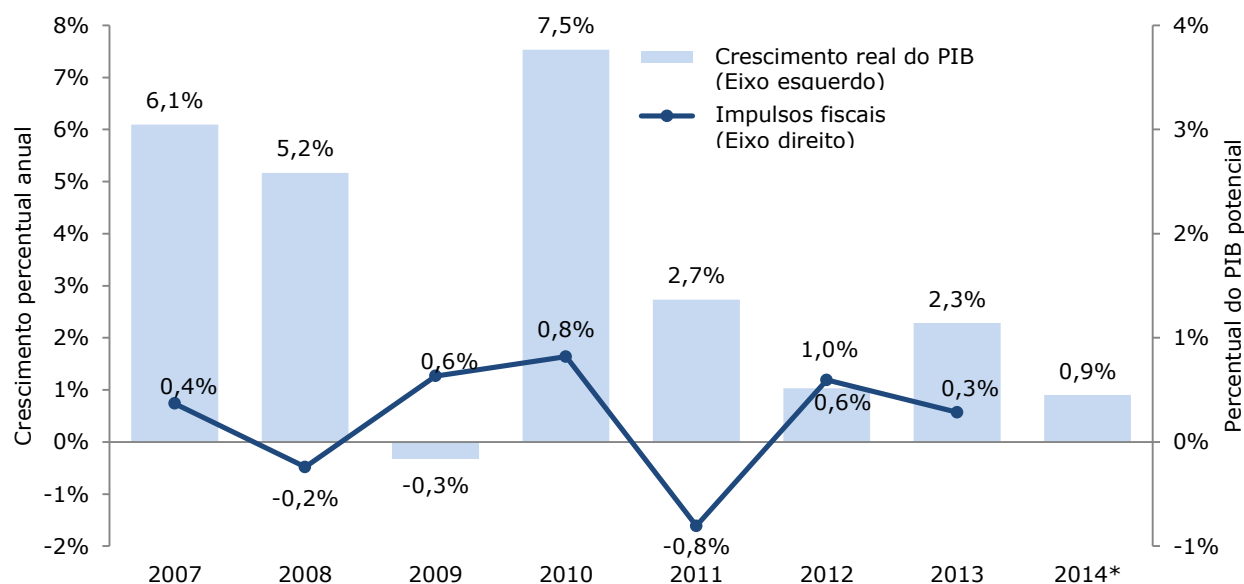
A postura da política fiscal brasileira se reflete em seu impulso fiscal, um indicador calculado a partir da mudança anual negativa no superávit primário do governo ajustado de forma cíclica.⁸ Esse método reconhece que, no que diz respeito à política fiscal, não é o tamanho do superávit que importa, mas se ele está aumentando ou diminuindo (por exemplo, uma queda no superávit implica uma política fiscal expansionista, um impulso fiscal positivo). Em geral, o impulso fiscal deve ser positivo em épocas de pouco crescimento e neutro ou negativo em épocas de alto crescimento.

Durante a recessão de 2009-10, o impulso fiscal foi positivo, indicando uma política fiscal anticíclica e expansionista. Em 2011, o estímulo foi retirado, em um contexto de crescimento econômico desacelerado, com impulso fiscal de -0,8 por cento do PIB (ver **Figura 8**). O efeito agregado dos gastos do governo e de seus programas de renda funcionou, então, como um grande obstáculo à economia.

O impulso fiscal em 2012 e 2013 foi de 0,6 e 0,3 por cento do PIB, respectivamente, indicando uma volta a uma posição política expansionista; mas isso não foi o suficiente para fazer a economia voltar às suas taxas de crescimento pré-recessão. Em vez disso, a economia cresceu apenas 2,3 por cento em 2013. Em 2014, entrou em recessão nos dois primeiros trimestres, e a expectativa é de apenas 0,9 por cento de crescimento para o ano.

7 Ver Serrano e Summa (2011) para mais detalhes.

8 Há várias formas diferentes de calcular o balanço orçamentário de um governo, e cada uma cria uma medida que com interpretações ligeiramente diferentes. Aqui, usamos o balanço estrutural ciclicamente-ajustado do FMI, definido como “balanço por um ciclo econômico, que é o saldo fiscal primário, sem o impacto dos movimentos cíclicos de renda e gastos (para os governos, geralmente apenas seguros-desemprego)” (FMI 2014c).

FIGURA 8**Crescimento real do PIB e impulso fiscal**

Fonte: FMI (2014a-b).

* Previsão do governo, ver Sergio Lima e Gamarski (2014).

De 2010 de 2011, o PIB mundial caiu e o crescimento do comércio internacional também, de forma ainda mais aguda. O resultado dessas mudanças externas foi que o valor real das exportações brasileiras cresceu apenas 4,5 por cento em 2011 e 0,5 por cento em 2012, em comparação com 11,5 por cento em 2010.⁹ Isso teve um impacto importante no crescimento econômico.

Ao mesmo tempo, a política macroeconômica do governo começou a desacelerar a economia em 2010, com uma série de picos nas taxas de juro em abril, o que elevou a taxa Selic, determinada pelo Banco Central, de 8,75 em março de 2010 para 12,00 em setembro de 2011. O governo também instituiu “medidas macroprudenciais” que tiveram o efeito de desacelerar a economia. Essas medidas incluíram: aumento da quantia mínima para contas bancárias de depósito a prazo; elevação do requerimento de capital mínimo dos bancos para empréstimos ao consumidor; e aumento na porcentagem de pagamento mínimo de cartões de crédito. A taxa de crescimento real do crédito para indivíduos caiu de 11,6 por cento em 2010 para 5,9 por cento em 2011.¹⁰

Houve também um ajuste fiscal significativo durante 2011, quando o superávit primário estrutural aumentou de 1,9 por cento do PIB em 2010 para 2,7 por cento em 2011.¹¹

9 IBGE (2014b).

10 Serrano e Summa (2014).

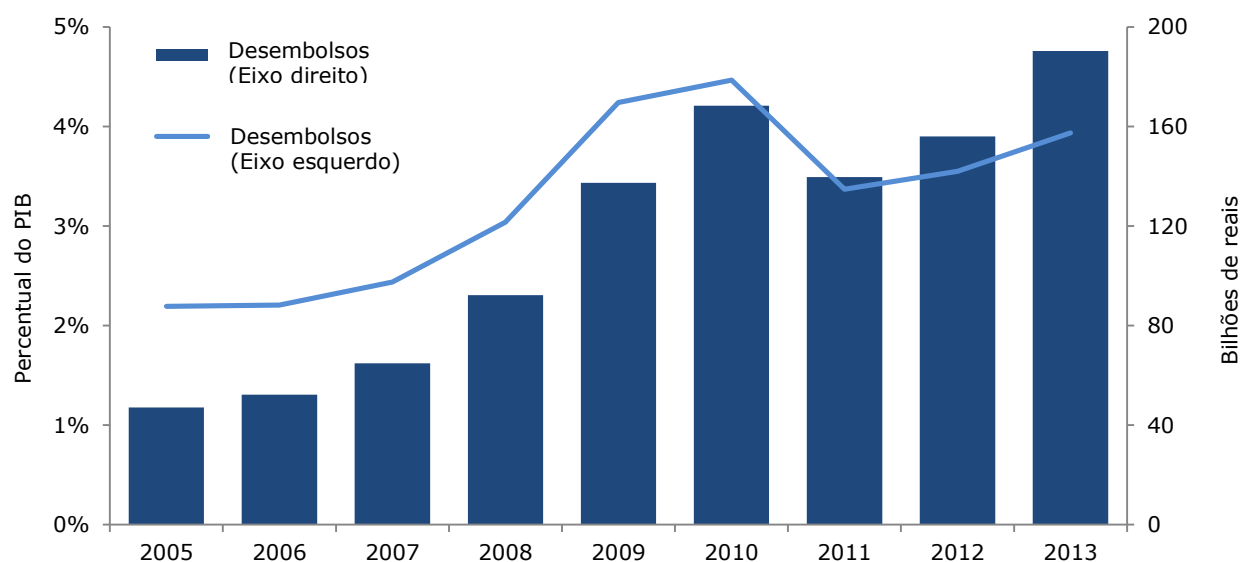
11 FMI (2014b).

Política industrial

O crescimento não é afetado apenas por mudanças agregadas no balanço orçamentário do governo (gastos menos receitas); o tipo específico de gasto também é importante. Durante o primeiro mandato de Lula, o Brasil reativou a política industrial como ferramenta de encorajar o crescimento em indústrias prioritárias. Antes disso, a política industrial tinha sido abandonada sob um programa de autoridade imposto pelo FMI em 1983, com políticas neoliberais predominando durante o resto dos anos 1980 e 1990, como em muitos outros países da América do Sul.

Uma avenida-chave pela qual o governo brasileiro mobiliza recursos para sua política industrial é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma instituição pública. Como pode ser visto na **Figura 9**, os recursos desembolsados pelo BNDES aumentaram de 2,2 por cento do PIB em 2005 para quase 4 por cento em 2013. No total, os setores prioritários para a política industrial brasileira receberam cerca de 80 por cento dos desembolsos do BNDES entre 2006 e 2012.¹² Nos dois primeiros meses de 2014, o BNDES desembolsou 28,5 bilhões de reais, um aumento de 35 por cento em relação ao mesmo período do ano anterior.¹³

FIGURA 9
Desembolsos do BNDES



Fonte: BNDES (2014).

12 Ferraz (2014).

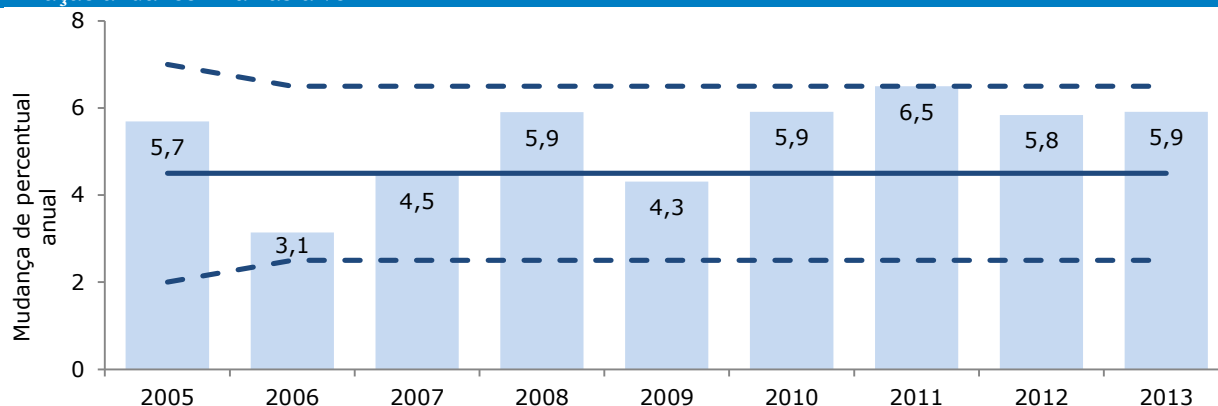
13 BNDES (2014).

As respostas de política monetária do Banco Central

Como notamos, o modelo de política monetária brasileiro baseia-se em ir atrás de uma meta de taxa de inflação anunciada publicamente. Apesar das grandes flutuações no crescimento do PIB durante a última década, a inflação permaneceu dentro da faixa determinada pelo Banco Central em todos os anos fiscais desde 2004.

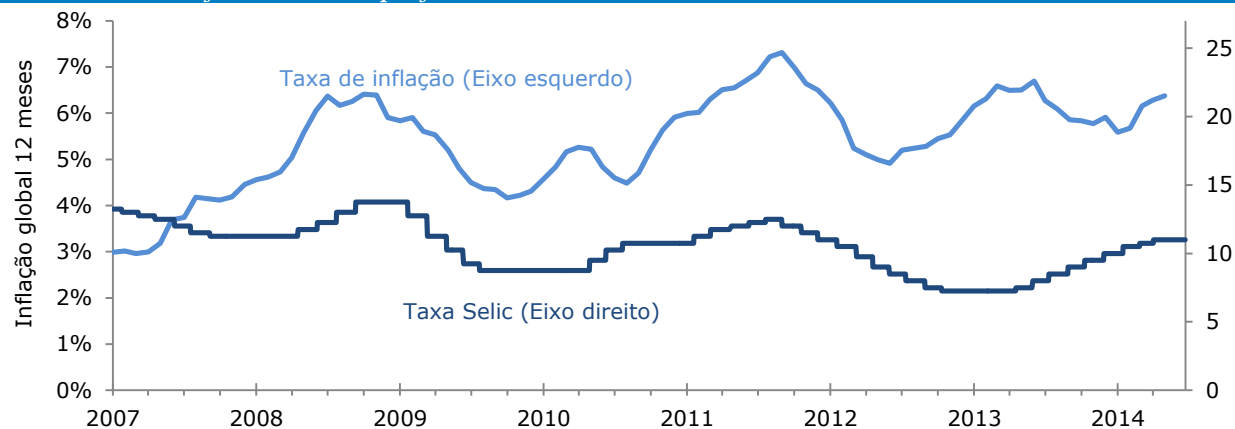
FIGURA 10

Inflação anual com faixas-alvo



Fonte: BCB (2014a).

A taxa Selic é a principal ferramenta do Banco Central para a política monetária. A taxa Selic foi abaixada em resposta ao crescimento doméstico e às consequências de liquidez da recessão global, ainda que essa resposta tenha vindo um pouco atrasada. Na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) de dezembro de 2008, a taxa básica de juros foi mantida em 13,75 por cento, apesar de quedas agudas na atividade econômica em outubro e novembro do mesmo ano. O PIB encolheu 4,2 por cento no último trimestre de 2008 (15,7 por cento a uma taxa anualizada) e a taxa Selic, então, foi abaixada acentuadamente a partir de janeiro de 2009, de 13,75 por cento para 8,75 por cento em sete meses.

FIGURA 11**12-Índice de inflação mensal dos preços ao consumidor e taxa Selic**

Fonte: BCB (2014b-c).

Enquanto a economia desacelerava em 2011, finalmente estacionando no terceiro e quarto trimestres, a taxa Selic aumentou continuamente até 12,5 por cento. Apenas em setembro de 2011 ela foi abaixada.

A sequência em 2013 foi ligeiramente diferente. O crescimento do PIB começava a se recuperar após o lento crescimento econômico da primeira metade de 2012. Esse crescimento foi alto durante o segundo trimestre de 2013, chegando então à taxa anualizada de 6,6 por cento. Em abril de 2013 o Banco Central começou a elevar as taxas de juros, em um ciclo contracionista que durou um ano. Funcionários do governo destacaram, na época, que a “política monetária, bem como as políticas fiscais, está sendo arrojada, apesar do fato de a recuperação de crescimento ter começado apenas recentemente”.¹⁴ O que se seguiu foi um crescimento negativo no terceiro trimestre de 2013, e uma recessão na primeira metade de 2014.

Essas respostas de política monetária indicam que o Banco Central esteve, por vezes, disposto a sacrificar o crescimento econômico em nome de forçar uma queda da inflação, mesmo quando a inflação vinha de fontes externas (por exemplo, os preços das commodities em 2011) ou quando desacelerar a economia não ajudava em nada a reduzir a inflação, como tem sido o caso dos últimos anos. Vale notar que, durante a recessão que hoje sabemos ter começado no primeiro trimestre de 2014, a taxa Selic foi aumentada três vezes.

Mercado de trabalho

Além da política macroeconômica e das políticas sociais, outro fator importante na redução da pobreza e da desigualdade é o mercado de trabalho. É nele que algumas das transformações mais

14 FMI (2013).

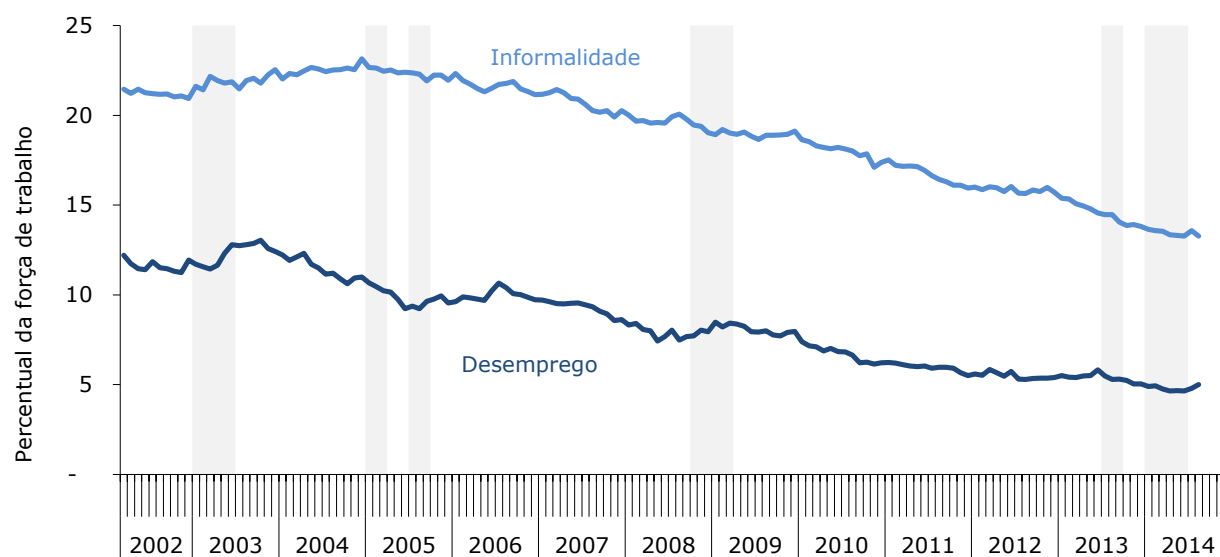
importantes da última década aconteceram, e parece que a desaceleração da economia nos últimos anos não foi capaz de revertê-las.

Tanto o desemprego quanto a informalidade – a porcentagem de trabalhadores com empregos informais – no mercado aumentaram durante os anos 1990, mas essas tendências foram revertidas a partir de 2003, no caso do desemprego, e de 2005, no caso da informalidade. O desemprego chegou a 13,0 por cento em 2003, antes de iniciar uma tendência de queda que já dura mais de dez anos. O desemprego aumentou brevemente em 2006 e em 2008 devido ao impacto retardado de vários trimestres de crescimento negativo em 2005 e aos efeitos da recessão global de 2009.¹⁵

A informalidade, que também tendeu ao crescimento na década de 1990,¹⁶ foi revertida em 2005. A taxa de informalidade, que mede a porcentagem de trabalhadores não registrados em comparação com o total da população empregada,¹⁷ caiu acentuadamente, de 22,5 em dezembro de 2003 para 13,3 por cento em agosto de 2014.

FIGURA 12

Desemprego e informalidade (ajustado sazonalmente)



Fonte: IBGE (2014a).

Nota: O sombreado indica trimestres com crescimento do PIB negativo em relação ao trimestre anterior.

15 Nesta seção, usamos dados da pesquisa mensal de emprego no Brasil, do IBGE, que cobre seis áreas metropolitanas. Essa pesquisa está sendo descontinuada, para ser substituída por uma pesquisa nacional em 2015. O único dado atualmente disponível é divulgado anualmente. Dados da pesquisa anual por amostras de domicílio mostram que em 2013 a taxa de desemprego nacional aumentou para 6,5 por cento, de 6,1 por cento em 2012.

16 Estevão (2012).

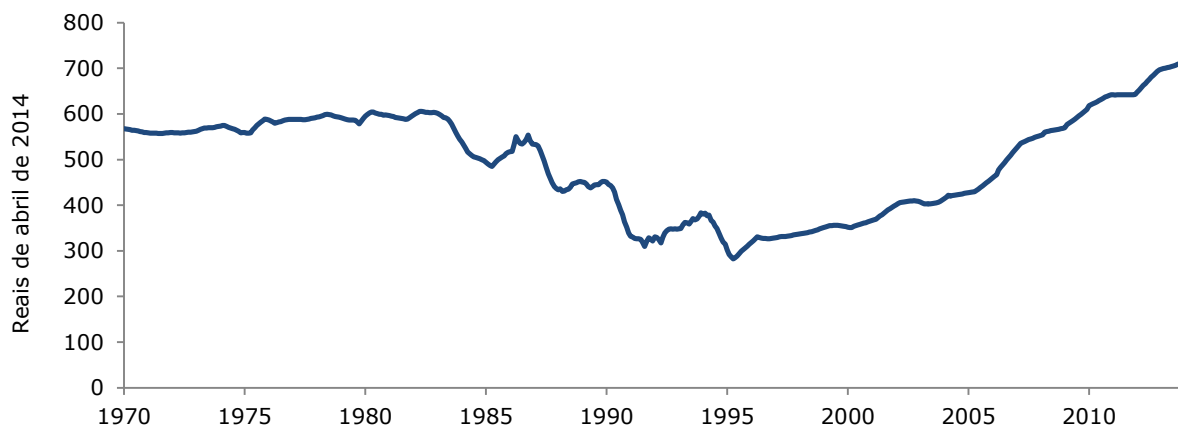
17 Trabalhadores registrados são aqueles que possuem e usam uma Carteira de Trabalho e Previdência Social, o que corresponde, grosso modo, aos trabalhadores do setor formal. Ver Veras Soares (2005).

Essa mudança em direção ao emprego no setor formal é importante por uma série de motivos. Do ponto de vista dos trabalhadores, ter uma carteira de trabalho assinada funciona como garantia de benefícios e proteções como aposentadoria, auxílio-doença e benefícios assistenciais a pessoas com deficiência; pagamento de férias; e regulamentação de horas trabalhadas.¹⁸ Os trabalhadores do setor formal também podem ter acesso a cartões de crédito.

Uma das mais importantes políticas para o mercado de trabalho dos sucessivos governos do PT foi o compromisso com o aumento do salário mínimo. Olhando para as últimas cinco décadas, vemos que o valor real do salário mínimo no Brasil é hoje maior do que nunca, estando em 716,80 reais por mês, tendo atingido uma baixa de 282,10 reais em 1995, após anos sucessivos de inflação muito alta. Com a economia estável, o salário mínimo voltou a crescer, mas com maior velocidade depois de 2005.

FIGURA 13

Salário mínimo real, média móvel de 12 meses



Fonte: IPEA (2014h).

O salário mínimo foi aumentado antes do planejado em 2009, como resposta à recessão global. Ele também aumentou significativamente em 2012 e 2013, seguindo a lei de 2011 que estabelece normas para aumento do salário mínimo com base no crescimento econômico dos dois anos anteriores e da inflação do ano anterior.¹⁹ Entre 2003 e 2014, o salário mínimo real aumentou 76,2 por cento no Brasil.

O impacto do aumento do salário mínimo no Brasil vai além de os trabalhadores serem pagos no nível dele ou próximo disso. Os benefícios públicos de aposentadoria, assistência social e seguro-

18 ILO e OECD (2011).

19 Barbosa de Melo et al. (2012).

desemprego, por exemplo, estão ligados ao nível do salário mínimo.²⁰ O salário mínimo também afeta outros salários e as rendas de autônomos.²¹

Outro ganho para os trabalhadores na última década foi a expansão da proteção do seguro-desemprego. Entre 2000 e 2012, a cobertura do seguro-desemprego aumentou 99 por cento.²²

O desemprego continuou a cair, mesmo com o crescimento consideravelmente desacelerado. Durante a recessão global, o desemprego no Brasil chegou ao ápice de 8,4 por cento, caiu de forma contínua durante a recuperação, subiu ligeiramente no fim de 2012 e início de 2013, mas depois continuou sua trajetória de descida, chegando à média de 4,9 por cento no primeiro trimestre de 2014, uma baixa histórica. Isso pode ser visto na **Figura 12** acima.

O declínio contínuo do desemprego em meio ao crescimento desacelerado durante os últimos três anos foi bastante surpreendente. Há uma série de possíveis fatores contribuindo para isso. Um pode ser o efeito do equilíbrio particular de crescimento que o Brasil experimentou, especificamente o forte crescimento do setor de serviços, contrabalançando o fraco crescimento do setor industrial.²³ Como o setor de serviços emprega muito mais do que a manufatura, a mudança na direção dos serviços pode contribuir para a manutenção dos baixos níveis de desemprego, mesmo quando o crescimento econômico geral está desacelerado. Outro fator pode ser o efeito do corte de impostos trabalhistas, facilitando com que empresas evitem demissões.²⁴

Outro fator é a participação mais baixa na força de trabalho. Os trabalhadores só são considerados desempregados se estiverem na força de trabalho, ou seja, procurando emprego ativamente. A taxa de desemprego pode diminuir apesar de a criação de empregos estar mais baixa, se houver uma desaceleração ou um declínio na participação na força de trabalho. A taxa de participação na força de trabalho chegou a um ápice de 58,1 em novembro de 2012 e caiu para 56,2 em agosto de 2014.

A participação na força de trabalho, claramente diminuindo durante os últimos dois anos, é parte do motivo pelo qual o desemprego não aumentou com a desaceleração da economia. Isso significa que a taxa de desemprego continuamente baixa a níveis recordes (atualmente em 5,0 por cento) não indica que o mercado de trabalho ou a disponibilidade de empregos tenha permanecido tão forte quanto estava antes da desaceleração.

20 Berg (2009).

21 Summa (2014).

22 Summa (2014).

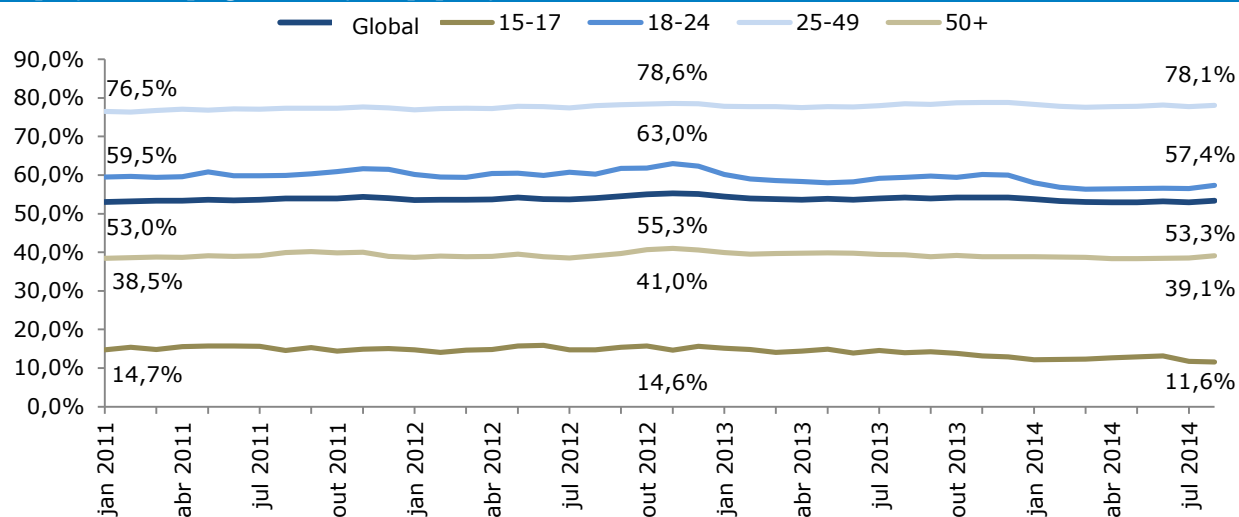
23 FMI (2013), pg. 65.

24 Ibid.

Outra forma de olhar para o que está acontecendo no mercado de trabalho é o a proporção de emprego em relação à população (EPOP, na sigla em inglês), mostrada na **Figura 14**, abaixo, para várias faixas etárias. A taxa global era 53 por cento no início de 2011, chegou ao ápice de 55,3 em novembro de 2012 e depois caiu novamente para 53,3 por cento em agosto de 2014. Isso é especialmente pronunciado no grupo de 18 a 24 anos de idade: a participação global desse grupo caiu de 63 por cento para 57,4 por cento durante o mesmo período.

FIGURA 14

Proporção de emprego em relação à população



Fonte: IBGE (2014) e cálculos dos autores.

Isso não quer dizer que todo o declínio na participação na força de trabalho se deva à redução na disponibilidade de empregos. As pessoas podem sair da força de trabalho, especialmente de forma temporária, por outros motivos.²⁵

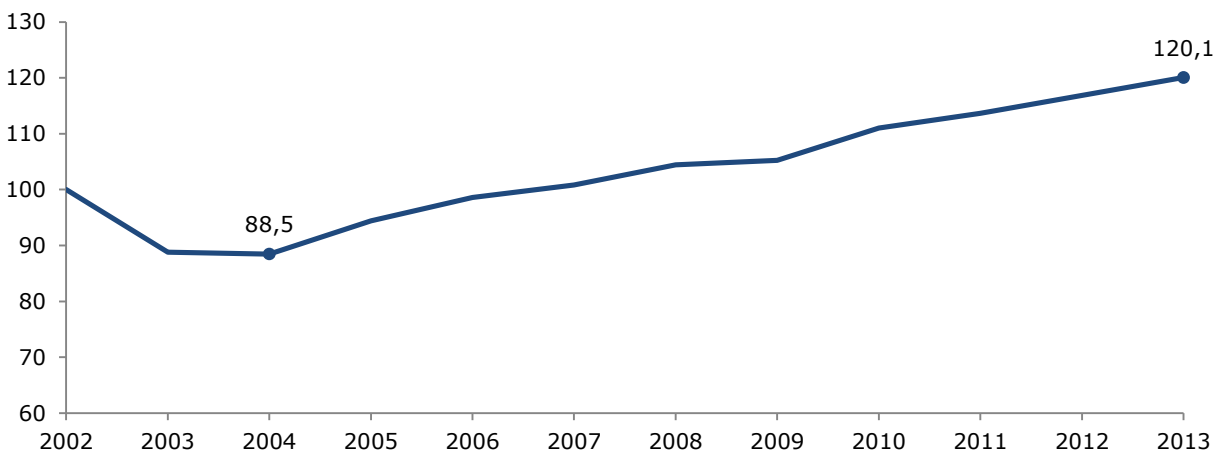
A entrada dos jovens no mercado de trabalho, por exemplo, desacelerou devido ao maior acesso à educação por meio de melhorias no sistema de educação nacional, maior oferta de bolsas de estudo e melhores condições de crédito para estudantes. Isso contribuiria com a diminuição do desemprego, um pouco mais do que proporcionalmente, porque, na média, indivíduos mais jovens e aqueles com menos educação experimentam níveis maiores de desemprego. Na verdade, de 2000 a 2010, o acesso à educação para os jovens de 18 a 24 anos mais do que dobrou, passando de 9,1 para 18,7 por cento. De 2001 a 2012, as matrículas em universidades aumentaram mais de 130 por cento, de 3,04 milhões para 7,04 milhões.²⁶ Como é possível ver na **Tabela 5** (mais acima), tanto as matrículas daqueles com 15 a 17 anos quanto dos com 18 a 24 anos aumentaram nos últimos três anos.

25 Ver Salas (2013) para uma análise sobre a relação entre a rede de segurança social e o desemprego no México.

26 INEP (2014b).

Mais impressionante, e pelo menos tão importante quanto: o crescimento real do salário manteve seu ritmo pré-desaceleração. Isso pode ser visto na **Figura 15**, que mostra o salário médio real desde 2002. Os salários reais caíram em 2003 e 2004 e não voltaram a crescer até 2005. Mas eles mantiveram a mesma taxa de crescimento até quando a economia começou a desacelerar, em 2011.²⁷ No geral, os salários reais aumentaram 35 por cento desde 2003.

FIGURA 15
Salários médios reais, índice



Fonte: IBGE (2014a).

Este é provavelmente o maior indicador de que houve mudanças institucionais que aumentaram o poder de barganha do trabalhador. A desaceleração econômica dos últimos três anos não reverteu essas mudanças. É, portanto, provável que, no futuro, as mudanças no poder de barganha do trabalhador continuem a reduzir a desigualdade de renda.²⁸

Finalmente, vale a pena falar sobre as atuais preocupações de alguns analistas, que veem o recente crescimento dos salários como ameaça econômica, por ser fonte de forte pressão inflacionária. Segundo essa visão, o mercado de trabalho está “tensionado demais”, e a política monetária precisaria ser arrojada até que o crescimento dos salários diminua como resultado de um maior desemprego. Porém, como indicam os dados acima, ainda há folgas no mercado, apesar das taxas de desemprego aberto continuamente baixas. Nem o arrocho fiscal, nem o monetário fazem sentido como ferramenta de redução da inflação nessas circunstâncias; a não ser que induzam uma recessão ou depressão séria e prolongada, essas políticas provavelmente não reduzirão a inflação ao enfraquecer o mercado de trabalho.

27 Ver Summa (2014).

28 Essa é a conclusão de Summa (2014), que oferece outras provas detalhadas para corroborar essa visão.

Conclusão

O progresso do Brasil em indicadores sociais de pobreza e desigualdade desde 2003, bem como o pronunciado aumento do crescimento econômico e o desemprego reduzido, parecem ter resultado de importantes mudanças de política que começaram a transformar a economia. Essas mudanças incluem aumentos em gastos sociais e programas dirigidos, grande aumento real do salário mínimo, mudanças positivas na política macroeconômica durante a maior parte do período e mudanças no mercado de trabalho que aumentaram o poder de barganha do trabalhador. A maior parte dessas mudanças parece ser duradoura; elas não parecem ser apenas o produto de uma fase de ascensão cíclica. Apesar de a economia ter desacelerado nos últimos três anos, em comparação com o período 2003-2010, isso parece ser resultado parcial de políticas macroeconômicas pró-cíclicas, incluindo políticas monetárias e fiscais arrojadas demais. Se essas políticas forem ajustadas, e com o progresso contínuo na política industrial e no investimento público para o aumento da produtividade, deve ser possível que a economia brasileira mantenha e possivelmente aumente suas taxas de crescimento da última década, reduzindo ainda mais a pobreza e a desigualdade.

Referências

- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). 2014a . “Relatório de acompanhamento das medidas sistêmicas.” Junho.
<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/images/data/201407/11072c26555a0e2d8f022e6cf5df7672.pdf>.
- _____. 2014b. “Relatório de acompanhamento das agendas estratégicas setoriais.” Junho.
<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/images/data/201408/f53da4b7adfdd965ddc58718d572ea51.pdf>.
- Arnold, Jens e Jalles, João. 2014. “Dividing the Pie in Brazil: Income Distribution, Social Policies and the New Middle Class.” França: Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). Janeiro. <http://dx.doi.org/10.1787/5jzb6w1rt99p-en>.
- Banco Central do Brasil (BCB). 2014a. “Inflation Targeting in Brazil.”
<https://www.bcb.gov.br/pec/metasp/InflationTargetingTable.pdf>.
- _____. 2014b. “432 – Taxa de juros - Meta Selic definida pelo Copom.”
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>
- _____. 2014c. “433 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).”
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>.
- Barbosa de Melo, Frederico Luiz; Figueiredo, Ademir; Mineiro, Adhemar S.; e Mendonça, Sérgio Eduardo Arbulu. 2012. “Social Justice and Growth: The Role of the Minimum Wage.” Genebra: International Labor Organization (ILO). <http://apirnet.ilo.org/resources/social-justice-and-growth-the-role-of-the-minimum-wage>.
- Barros, Ricardo; Carvalho, Mirela de; Franco, Samuel; e Mendonça, Rosane. 2009. “Markets, the State and the Dynamics of Inequality: Brazil’s Case Study.” Nova York: United Nations Development Programme (UNDP). http://www.revistahumanum.org/revista/wp-content/uploads/2012/02/14_RPPLAC_ID.pdf.
- Barbosa Filho, Holanda, Fernando de. 2012. “Income Inequality and Labor Market Dynamics in Brazil.” OECD. 18 de junho. <http://www.oecd.org/eco/labour/50573016.pdf>.
- Berg, Janine. 2009. “Brazil: The Minimum Wage as a Response to the Crisis.” ILO.
http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/article/wcms_limd3_11_en.pdf.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). 2014. “The Evolution of the BNDES’ Disbursements.”

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_en/Institucional/The_BNDES_in_Numbers/#The_Evolution_of_the_BNDES_Disbursements.

Brunelli, Andre de Queiroz. 2014. “Two Decades of Structural Shifts in the Brazilian Labor Market: assessing the unemployment rate changes through stylized facts on labor supply and labor demand.” Banco Central do Brasil. Fevereiro.

<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps348.pdf>.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). 2012. “Cesta Básica de Alimentos.” Dezembro.

<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica201212.html>.

Economic Commission on Latin America and the Caribbean (ECLAC). 2014a. “Base de datos de programa de protección social no contributiva en America Latina y el Caribe.”

<http://dds.cepal.org/bdptc/programa/?id=6>.

_____. 2014b. “According to ECLAC, Improving Minimum Wages Helps to Reduce Inequality.”

Agosto. [http://www.cepal.org/cgi-](http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/2/53452/P53452.xml&xsl=/prensa/tpl-i/p6f.xsl&base=/prensa/tpl-i/top-bottom.xsl)

[bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/2/53452/P53452.xml&xsl=/prensa/tpl-i/p6f.xsl&base=/prensa/tpl-i/top-bottom.xsl](http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/2/53452/P53452.xml&xsl=/prensa/tpl-i/p6f.xsl&base=/prensa/tpl-i/top-bottom.xsl).

Estevão, Marcello e Carvalho Filho, Irineu de. 2012. “Institutions, Informality, and Wage Flexibility: Evidence from Brazil.” Fundo Monetário Internacional. Março.

<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2012/wp1284.pdf>.

Ferraz, João Carlos; Kupfer David; eMarque, Felipe Silveira. 2014. “Industrial Policy as an Effective Development Tool: Lessons from Brazil.” Capítulo 10 em *Transforming Economies: Making Industrial Policy Work for Growth, Jobs and Development*, José Manuel Salazar-Xirinachs, Irmgard Nübler e Richard Kozul-Wright (editores). Genebra: International Labour Office (ILO).

Fundo Monetário Internacional (FMI). 2012. “Brazil: 2012 Article IV Consultation – Staff Report; Public Information Notice on the Executive Board Discussion; and Statement by the Executive Director for Brazil.” Julho.

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr12191.pdf>

_____. 2013. “Brazil: Staff Report for the 2013 Article IV Consultation.” Outubro.

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr13312.pdf>.

_____. 2014a. “World Economic Outlook Database.” Abril.

_____. 2014b. “Fiscal Monitor.” Abril.

_____. 2014c. “Government Finance Statistics Manual 2014: Pre-Publication Draft.” Março.

Acesso: 3 de setembro de 2014.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2014a. “Sumário das tabelas disponíveis.”
http://ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm.
- _____. 2014b. “Quarterly National Accounts.”
<http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>.
- _____. “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)”. 2001-2009, 2011-2013.
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2014. “Percentual do investimento total em relação ao PIB por nível de ensino.”
http://portal.inep.gov.br/web/guest/estatisticas-gastoseducacao-indicadores_financeiros-p.t.i._nivel_ensino.htm.
- _____. 2014b. “Censo da educação superior.”
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=14154&Itemid=.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2012. “Gastos sociais federais somaram R\$ 672 bi em 2011.” Abril.
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16312.
- _____. 2014a. “Pobreza – número de pessoas pobres.” <http://www.ipeadata.gov.br/>.
- _____. 2014b. “Pobreza – número de pessoas extremamente pobres.”
<http://www.ipeadata.gov.br/>.
- _____. 2014c. “Pobreza – taxa de extrema pobreza.” <http://www.ipeadata.gov.br/>.
- _____. 2014d. “Pobreza – taxa de pobreza.” <http://www.ipeadata.gov.br/>.
- _____. 2014e. “Renda – desigualdade - coeficiente de Gini.” <http://www.ipeadata.gov.br/>.
- _____. 2014f. “Renda domiciliar per capita – média por décimo da população – 1º – 10º.”
<http://www.ipeadata.gov.br/>.
- _____. 2014g. “Bolsa Família Program: A Decade of Social Inclusion in Brazil.” Editores: Campello, Tereza; Neri, Marcelo Cortes.
- _____. 2014h. “Salário mínimo real.” <http://www.ipeadata.gov.br/>.

- International Labour Organization and the Organization for Economic Co-operation and Development (ILO e OECD). 2011. “G20 Country Policy Briefs. Brazil: Share of formal employment continues to grow.” <http://www.oecd.org/els/48723896.pdf>.
- Kupfer, David; Castilho, Marta; Dweck Esther; e Nicoll, Marcelo. 2013. “Different Partners, Different Patterns: Trade and Labour Market Dynamics in Brazil's Post-Liberalisation Period.” OECD. 18 de abril. http://www.oecd-ilibrary.org/trade/different-partners-different-patterns-trade-and-labour-market-dynamics-in-brazil-s-post-liberalisation-period_5k480c265kq1-en;jsessionid=2iu5nbfowkq68.x-oecd-live-01.
- Malinowski, Matthew. 2014. “Brazil Inflation Really at 8% Without Rouseff Fiddling.” *Bloomberg Businessweek*. 8 de julho. <http://www.bloomberg.com/news/2014-07-08/brazil-inflation-really-at-8-without-rousseff-fiddling-economy.html>.
- Malinowski, Matthew e Colitt, Raymond. 2014. “Brazil Seeks to Boost Credit by \$66 Billion as Economy Lags.” *Bloomberg Businessweek*. 20 de agosto. <http://www.businessweek.com/news/2014-08-20/brazil-central-bank-changes-rule-on-reserve-requirement-payments>.
- Ministério do Planejamento (MoP). 2012. “11º balanço completo do PAC – 4 anos (2007 a 2010).” <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais/v/9807c50f>.
- _____. 2014a. “Sobre o PAC.” <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>.
- _____. 2014b. “10º balanço completo do PAC 2 (janeiro – abril).” <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais/v/bfe9e37b>.
- Moreira Cunha, André; Prates, Daniela Magalhães; e Ferrari-Filho, Fernando. 2011 “Brazil Responses to the International Financial Crisis: A Successful Example of Keynesian Policies?” *PANOECONOMICUS*: 5 pp. 693-714. <http://www.doiserbia.nb.rs/img/doi/1452-595X/2011/1452-595X1105693M.pdf>.
- Rosnick, David; Weisbrot, Mark. 2014. “Latin American Growth in the 21st Century: The 'Commodities Boom' That Wasn't.” Washington, DC: Center for Economic and Policy Research. <http://www.cepr.net/index.php/publications/reports/latin-american-growth-in-the-21st-century>.
- Salas, Carlos. 2013. “Labour, Income and Social Programmes in Contemporary Mexico.” Social Protection, Growth and Employment: Evidence from India, Kenya, Malawi, Mexico and Tajikistan. Nova York, NY: United Nations Development Programme, pp. 201-234.
- Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Ministério da Fazenda. 2014. “Central Government Primary Balance.” <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/en/central-government-primary-balance>.

- Sergio Lima, Mario; Gamarski, Rachel. 2014. "Brazil Government Lowers 2014 Growth Forecast to 0.9% from 1.8%." *Bloomberg*. 22 de setembro. <http://www.bloomberg.com/news/2014-09-22/brazil-government-lowers-2014-growth-forecast-to-0-9-from-1-8-.html>.
- Serrano, Franklin; Summa, Ricardo. 2011. "Macroeconomic Policy, Growth and Income Distribution in the Brazilian Economy in the 2000s." Washington, DC: Center for Economic and Policy Research. Junho.
<http://www.cepr.net/documents/publications/brazil-2011-06.pdf>.
- _____. 2014. "Notas Sobre a Desaceleração Rudimentar da Economia Brasileira." Capítulo 4 em *Como vai o Brasil?*, Fabio Sá Earp, Eduardo F. Bastian e André de Melo Modenesi (organizadores). <http://comovaiobrasil.pressbooks.com/>.
- Silva Moreira, Tito Belchior; Ribeiro Soares, Fernando Antônio. 2012. "Brazil: The International Financial Crisis and Counter-Cyclical Policies." Santiago do Chile: La Comisión Económica para América Latina. Abril.
<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/47733/RVI106SilvaMoreira.pdf>.
- Summa, Ricardo. 2014. "Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil." Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. <http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>.
- Veras Soares, Fábio. 2005. "The Impact of Trade Liberalisation on the Informal Sector in Brazil." International Poverty Center. Brasília, DF: UNDP/IPEA.